

# PERFIL DAS NOTIFICAÇÕES DA VIOLÊNCIA SEXUAL E FATORES ASSOCIADOS DAS CAPITAIS DO NORDESTE BRASILEIRO

Gustavo Correia Basto da Silva<sup>1</sup>

Francisco Fernandes Abel Manguiera<sup>2</sup>

Ricardo Alves de Olinda<sup>3</sup>

Alessandro Leite Cavalcanti<sup>4</sup>

*1 - Programa de Pós-graduação em Saúde Pública UEPB [gugacorreia@gmail.com](mailto:gugacorreia@gmail.com)*

*2 - Programa de Pós-graduação em Saúde Pública UEPB [abelufcg@hotmail.com](mailto:abelufcg@hotmail.com)*

*3 - Professor doutor do Departamento de Estatística UEPB [ricardo.estat@yahoo.com.br](mailto:ricardo.estat@yahoo.com.br)*

*4 - Professor doutor do Departamento de Odontologia UEPB [alessandrouepb@gmail.com](mailto:alessandrouepb@gmail.com)*

## INTRODUÇÃO

Com relação à mortalidade, as causas externas – compreendidas pelos acidentes e violências – ocupam o terceiro lugar em razões de morte no Brasil. Na faixa etária de 1 a 49 anos, estas lideram a lista das causas de morte (MALTA et al. 2017).

A violência é considerada um fenômeno sociohistórico complexo, que abrange diversas teorias e acompanha a sociedade desde os primórdios. Possui múltiplas causas e seus efeitos geram altos custos. Em suma, a violência não é uma questão originalmente de Saúde Pública: tornou-se um problema dessa área, uma vez que começou a afetar um número incalculável de pessoas, no sentido de causar danos à saúde individual e coletiva (SOUZA; MINAYO, 2017).

Define-se violência sexual como qualquer forma não consensual de atividade sexual imposta, fazendo uso da força, intimidação, ameaça e coerção, incluindo o estupro (MILLS et al., 2016). Como resultado dessa prática observa-se com frequência danos emocionais, familiares e sociais. A gravidez indesejada juntamente com o risco de contaminação pelo vírus do HIV e outros

personalizam o cenário das notificações dos abusos sexuais, incentivando a prática do abordo ilegal (MUTTA; YELA, 2017).

Os profissionais de saúde possuem a obrigatoriedade de notificar os casos suspeitos e confirmados de violência sexual junto à Vigilância Epidemiológica de cada município por meio da Ficha de Notificação e Investigação, posteriormente inseridos no banco de dados do Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes (SINAN-VIVA). Durante o preenchimento, são registrados dados gerais da vítima, da tipologia da violência, do possível agressor e a caracterização do evento (SANTOS et al., 2016).

O aumento contínuo dos casos de violência sexual perpetrada contra as classes sociais de vulneráveis, como mulheres, crianças e homossexuais contribui para a necessidade do desenvolvimento de estudos que caracterizem esmiuçadamente o perfil da violência sexual (MEZZAVILLA et al., 2017). Com base no exposto, objetiva-se analisar as notificações da violência sexual no SINAN-VIVA entre os anos de 2012 a 2014 das capitais do nordeste.

## **METODOLOGIA**

Foi desenvolvido um estudo ecológico, descritivo-analítico, de série temporal, a partir dos dados relacionados à violência sexual referidos pelo SINAN-NET, gerados a partir da informatização das notificações de violência realizadas pela vigilância epidemiológica. Os dados são gerados pelo DATASUS anualmente e podem ser livremente acessados, fato que dispensou a necessidade de aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa por não expor informações específicas das pessoas. Para o embasamento teórico, buscou-se artigos científicos nas bases de dados PubMed e Scielo, por meio dos descritores: *sexual violence* e *notification*. Foram selecionadas as nove capitais do nordeste brasileiro para compor a pesquisa, avaliadas entre os anos de 2012 e 2014. As variáveis selecionadas foram: (1) sexo; (2) faixa etária; (3) escolaridade; (4) raça e (5) notificação da violência sexual.

Na análise de dados, foi utilizada a estatística descritiva, utilizando frequências simples absolutas e percentuais para as variáveis categóricas e organização dos dados em tabelas. Para verificar possíveis associações entre as variáveis em estudo, foram utilizados o teste Qui-quadrado e

o teste Exato de Fisher nos casos onde as frequências esperadas foram menores que 5 (SIEGEL, 2006), considerando o nível de significância de 5% ( $p < 0,05$ ). As análises foram realizadas com o auxílio do software estatístico R (R CORE TEAM, 2017).

## RESULTADOS

Tabela 1. Casos notificados de violência sexual entre os anos de 2012 e 2014

NOTIFICAÇÃO	TOTAL		TOTAL				
	N	%	N	%			
SALVADOR	SIM	680	8,371	MACEIÓ	SIM	298	7,4074074
	NÃO	5796	71,35		NÃO	84	2,087994
	IGNOR	317	3,9		IGNOR	10	0,2485707
	BRANCO	1330	16,373		BRANCO	3.631	90,256028
	SIM	2.128	22,953295		SIM	317	26,571668
RECIFE	NÃO	4.509	48,63553	FORTALEZA	NÃO	574	48,113998
	IGNOR	2.618	28,238594		IGNOR	54	4,526404
	BRANCO	16	0,1725812		BRANCO	248	20,78793
	SIM	415	41,750503		SIM	906	40,410348
SÃO LUÍS	NÃO	536	53,923541	ARACAJU	NÃO	1.208	54
	IGNOR	35	3,5211268		IGNOR	123	5,4861731
	BRANCO	8	0,804829		BRANCO	5	0,2230152
	SIM	252	10,491257		SIM	688	6,822
NATAL	SIM	1.991	83	JOÃO PESSOA	NÃO	9.365	92,86
	NÃO	97	4,0383014		IGNOR	22	0,2181
	IGNOR	62	2,5811824		BRANCO	9	0,0892
	BRANCO	1.127	17,521766				
TERESINA	SIM	5.297	82,353856				
	IGNOR	0	0				
	BRANCO	8	0,1243781				

Entre os anos de 2012 e 2015, as divisões integrativas do Sistema Único de Saúde das capitais nordestinas registraram junto à vigilância epidemiológica um total 6811 casos relacionados à violência sexual (Tabela 1). A média de notificações verificadas entre as nove capitais foi 756,8. Para analisar os registros das notificações, foram selecionadas variáveis categóricas relacionadas ao sexo, escolaridade, raça e faixa etária. Dentre as nove capitais do nordeste, Recife notificou 2.128 casos de violência sexual, se destacando por apresentar maiores registros desse agravo, seguido de Teresina e Aracaju, com 1127 e 906, respectivamente. A cidade de Natal constituiu a capital

nordestina com menores taxas de notificação desses abusos, apresentando frequência relativa estimada em 10,49%.

Com relação ao sexo, foram encontradas maiores frequências de vitimização no sexo feminino em todas as cidades verificadas, sendo obtidos níveis significantes de associação em quatro capitais: Recife, São Luis, Teresina e Maceió. Quanto aos dados de escolaridade, foi verificada maior notificação entre indivíduos com escolaridade nivelada ao ensino fundamental em todas as capitais, apresentando associação entre variáveis nas capitais de Pernambuco, Maranhão, Ceará e Paraíba.

No estudo, as notificações mostraram maior predileção por vítimas da cor parda, seguida de indivíduos de pele branca, em todas as capitais, sobretudo em Fortaleza, por apresentar frequência relacionada próxima a 80% dos casos. O perfil etário mais prevalente compreende crianças e adolescentes e demonstrou forte associação entre as variáveis.

## **DISCUSSÃO**

Explorar os dados da violência sexual é uma maneira bastante eficaz para apresentar o perfil do agravo às entidades responsáveis pelo seu controle e com isso subsidiar políticas públicas intervencionistas capazes de minimizar os seus efeitos.

Para fins didáticos, realizou-se uma recategorização das variáveis escolaridade e faixa etária, no sentido de integrar e diminuir os níveis de classificação apresentados pelo sistema. A exemplo, os níveis de escolaridade (completo e incompleto) foram unidos em apenas uma classificação.

Dentre as cidades verificadas, foi observada maior taxa de prevalência da violência sexual na capital do estado de Pernambuco, registrando 22,95% das notificações, o que corrobora com os achados do estudo de Assis et al. (2012), no qual foi caracterizado o perfil da violência sexual entre os estados brasileiros, sendo apontado também um resultado desfavorável desse tipo de violência no estado. Em se tratando de dados proporcionais, Aracaju – que foi considerada a terceira capital mais numerosa em notificações – se destaca por possuir menor número de habitantes da região nordeste e uma das maiores notificações de violência sexual, característica sinalizadora de um quadro preocupante (BRASIL, 2017).

O sexo feminino foi consideravelmente o mais atingido em todas as capitais do nordeste, apresentando forte associação segundo os testes realizados, como encontrado nos dados



apresentados por Rates et al. (2015), contribuindo para a ratificação da necessidade de implantação de políticas de coibição da violência contra a mulher.

Há uma considerável associação entre a violência sexual e escolaridade, como verificado por Ruiz-Muñoz et al. (2013), o que denota a influencia da educação na suscetibilidade à violência sexual, pois o nível de escolaridade é apontado na literatura como fator associado. No presente estudo grande parte das pessoas violentadas possuía o ensino fundamental como nível máximo de escolaridade.

Os dados obtidos quanto à raça e faixa etária estão em consonância com outras pesquisas apontadas na literatura, nas quais as raças branca e parda, assim como crianças e adolescentes são predominantemente citados. Pode-se justificar a maior quantidade de notificações de indivíduos da cor branca pelo fato desta ser a mais prevacente na população. Já relacionando-se à faixa etária, pode-se estabelecer uma correlação com a instituição do poder sobre as crianças, fator contributivo para a perpetração da violência (DELZIOVO et al., 2017).

Por haver uma alta subnotificação dos dados de violência junto às secretarias municipais de saúde por parte dos profissionais e pela carência de estudos na região nordeste que tracem um perfil dos dados da violência sexual, a presente pesquisa se destaca por propagar a necessidade da notificação desses dados, além de um correto preenchimento da ficha notificadora, da mesma maneira que se torna visível por acrescentar análises comparativas consistentes à literatura.

## CONCLUSÃO

Com base nos dados, foi possível caracterizar um perfil de vitimização da violência sexual nas capitais do nordeste, durante os anos de 2012 a 2014, no qual foram vitimadas preferencialmente pessoas do sexo feminino, com baixa escolaridade e da cor parda e branca. É necessário o desenvolvimento de estudos mais aprofundados dos dados emitidos pelo SINAN quanto a esse tipo de violência.

## REFERÊNCIAS

ASSIS, S.G. et al. Reports of domestic, sexual and other forms of violence against children in Brazil. *Ciência & Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, v. 17, n. 9, pág. 2305-2317. 2012.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2017. Disponível em:  
<<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=250400>>

DELZIOVO, C.R. et al. Characteristics of sexual violence against adolescent and adult women reported by the public health services in Santa Catarina State, Brazil. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 33, n. 6. 2017.

MALTA, D.C., et al. Mortalidade e anos de vida perdidos por violências interpessoais e autoprovocadas no Brasil e Estados: análise das estimativas do Estudo Carga Global de Doença, de 1990 e 2015. **Rev Bras Epidemiol.**, São Paulo, v. 20, n. 1, pág. 142-156, maio. 2017.

MEZZAVILLA, R.S. Intimate partner violence and breastfeeding practices: a systematic review of observational studies. **Jornal de Pediatria**. Rio de Janeiro, v. 56. 2017.

MILLS, R. et al. Self-reported and agency-notified child sexual abuse in a population-based birth cohort. **J Psychiatry Res**, v. 74, pág. 87-93. 2016.

MUTTA, D.S.; YELA, D.A. Sociodemographic characteristics of women in a public hospital in Campinas who underwent legal abortion due to sexual violence: cross-sectional study. **São Paulo Med J**. São Paulo, v. 135, n. 4, pág. 363-8. 2017.

R CORE TEAM. R: a language and environment for statistical computing. **R Foundation for Statistical Computing**, Vienna, Austria.

RATES, S.M.M. et al. Violence against children: an analysis of mandatory reporting of violence, Brazil 2011. **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v.20, n. 3, pág. 655-665. 2015.

RUIZ-MUÑOZ, D. et al. Sexual health and socioeconomic-related factors in Spain. **Ann Epidemiol**, n. 23, pág. 620-8. 2013.

SANTOS, T.M.B., et al. Completeness of notifications of violence perpetrated against adolescents in the State of Pernambuco, Brazil. **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v.21, n. 12, pág. 3907-3916. 2016.

SIEGEL, S.; CASTELLAN, N. J. Estatística não-paramétrica para ciências do comportamento. **Artmed**, Porto Alegre, 2ª edição. 2006.

SOUZA, E.R.; MINAYO, M.C.S. Public security in a violent country. **Cad. Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 33, n. 3. 2017.

**Palavras-chave:** Vigilância Epidemiológica; Notificação Compulsória; Delitos Sexuais

